

POLÍTICAS SOCIAIS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL: AS CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS DOS CURSOS PRONATEC FIC NO PROGRAMA CRIA DO ESTADO DE ALAGOAS

Camila Karla Santos da Silva ¹
Verônica Teixeira Marques ²

RESUMO

O presente trabalho identifica as contribuições e desafios da implementação dos cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC FIC EAD entre 2020 e 2021, do eixo gestão e negócios, ofertados para as mães cadastradas no programa Criança Alagoana. Para tanto foi realizada uma análise bibliográfica-documental, com o objetivo de descrever quais foram as maiores dificuldades e as principais contribuições que os cursos trouxeram para estas mães. Foi constatado que grande parte das dificuldades se deu por conta da pouca familiaridade das discentes com o ambiente virtual onde os cursos foram ministrados, levando a um alto índice de evasão. Por outro lado, 42% das concluintes conseguiram ingressar no mercado de trabalho, na área do curso.

Palavras-chave: Políticas de educação, Qualificação profissional, cursos PRONATEC FIC EAD.

INTRODUÇÃO

Na construção histórica das sociedades a educação tem contribuição transformadora no desenvolvimento humano e nas engrenagens que movimentam o sistema econômico. Cabe aos governos a elaboração e implementação de políticas públicas educacionais capazes de impulsionar a alavancagem social. Para Amartya Sen, "o crescimento econômico sem investimento no desenvolvimento humano é insustentável e antiético". (SEN, 2010, p. 460)

No Brasil, em especial a partir dos anos 1990, o país enfrentou diversas mudanças na ordem de acumulação do capital, o que gerou um número substancial de pessoas vivendo

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas do Centro Universitário Tiradentes - AL, camila-karla17@hotmail.com;

² Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia - UFBA, professora do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas do Centro Universitário Tiradentes - AL e do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Tiradentes - SE, veronica_marques@al.unit.br.

abaixo da linha de pobreza e em situação de desemprego (FONSECA E SANTOS, 2019)

Frente a esse desafio, o governo promoveu políticas de transferência de renda de maiores impactos e, atreladas a estas, a criação de programas de educação tecnológica e de capacitação profissional.³

Nos anos 2000, mais precisamente no governo Lula, estas políticas foram ampliadas e em 2011, através da Lei nº 12.513/2011 estabeleceu a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), com vistas na difusão da oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.

Através da criação do PRONATEC, que ficou a cargo de instituições das redes federal, estadual e municipal, bem como o sistema S, foi possível o desenho da oferta dos cursos através de estudos de demanda regional, que poderiam ser ministrados tanto de maneira presencial, quanto EAD. (CASSIOLATO; GARCIA, 2014)

A rede estadual de educação de Alagoas, em 2020, passou a ofertar alguns cursos PRONATEC de formação inicial e continuada - FIC na modalidade EAD, destinados a mães em situação de vulnerabilidade social, atendidas pelo programa Criança Alagoana – CRIA, com o objetivo de capacitar estas mulheres e contribuir com a inserção delas no mercado de trabalho.

Através da análise documental e bibliográfica, esse texto descreve os principais desafios e contribuições da implementação dos cursos do eixo gestão e negócios, a fim de gerar informações para os gestores do programa, quando do desenho de novas ofertas de cursos e tem a expectativa de auxiliar no processo de aprimoramento destes.

A realização deste estudo se deu pela relevância do objeto de análise, uma vez que o público-alvo dos cursos PRONATEC FIC destinados ao CRIA possui características singulares, tanto pela situação de opressão social vivenciada pelo público alvo, tendo em vista a situação de pobreza extrema, assim como por se tratar de jovens mulheres chefes de família

³ Data de 1997 a criação do primeiro programa de transferência de renda, o Bolsa Escola, que foi instituído através da Lei nº Lei 10219/2001, no governo FHC. Posteriormente, foram criados o Bolsa Família e o Auxílio gás. Estes programas, Bolsa Escola, Bolsa Família e Auxílio Gás, foram unificados em 2004, através da Lei nº 10.836 pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva.

que não tiveram a oportunidade de dar continuidade aos estudos e estão fora do mercado de trabalho.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa com a finalidade básica, de abordagem descritiva-exploratória, com o emprego de técnicas bibliográficas, e documentais, a fim de compreender as contribuições e desafios da implementação de um programa de qualificação profissional para um público que apresenta vulnerabilidade social.

A pesquisa incluiu, a priori, uma discussão literária entre os principais autores que tratam dos temas de políticas públicas de educação, políticas de educação profissional e tecnológica, a fim de melhor compreender e embasar o programa Pronatec e os cursos FIC EAD. A bibliografia utilizada nesta etapa consta de livros e artigos publicados em revistas científicas constantes na base de dados Scielo, selecionados a partir dos descritores Pronatec, Cursos FIC EAD e Políticas de Educação Profissional.

A etapa seguinte apresentou os indicadores do nível de formação educacional da população alagoana e a sua dependência dos programas de transferência de renda, a fim de verificar a pertinência do direcionamento do Pronatec para as mães cadastradas no Programa Criança Alagoana (CRIA).

Por fim, a partir das discussões e dados apresentados nas etapas anteriores, houve a descrição dos principais desafios e contribuições alcançados pelas discentes do curso Pronatec FIC do ano de 2021, de assistente administrativo, que constitui o objetivo geral e *locus* desta pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os estudos acerca das políticas públicas, partem de um campo multidisciplinar, cujo cerne compreende o modo de atuação governamental frente aos problemas sociais existentes. O *locus* das políticas públicas é a arena governamental, onde ocorrem os embates acerca das preferências, ideologias políticas, regras institucionais, dentre outros fatores capazes de

delinear as ações intencionais dos governos para com a economia, política e sociedade. (SOUZA, 2006)

As políticas públicas são mecanismos que o Estado dispõe para atuar em determinadas áreas, de acordo com a necessidade de um grupo, da sociedade como um todo, ou do próprio governo. As políticas podem ser direcionadas a determinadas parcelas da população, mas têm caráter público no que diz respeito à sua natureza, pois é própria do Estado e desenvolvida pelos governos (HÖFLING, 2001).

A análise de políticas públicas (*policy analysis*), segundo Frey (2000), não deve ser restrita a programas e projetos pontuais e setoriais, mas observar as três dimensões que permeiam o ciclo da política pública, a *polity* (instituições políticas), *politics* (processos políticos) e *policy* (conteúdos da política). As dimensões dizem respeito ao sistema político do país, seus processos políticos e a materialidade da política. Elas estão intimamente ligadas no processo de tomada de decisão e implementação das políticas públicas, segundo Frey (2000, p. 219): “As disputas políticas e as relações das forças de poder sempre deixarão suas marcas nos programas e projetos desenvolvidos e implementados”.

As coalizões entre as dimensões do ciclo das políticas públicas: *polity*, *politics* e *policy*, podem coadunar com o aparecimento de soluções para responder aos problemas da sociedade que podem ou não ganhar espaço na agenda governamental. No caso das políticas de educação, incide a presença das *advocacy coalitions* "atores públicos e privados, provenientes de diversas instituições e níveis governamentais, que dividem um conjunto de crenças e valores comuns e que buscam manipular as regras, orçamentos e recursos humanos governamentais visando a atingir seus objetivos no longo prazo" (Sabatier e Jenkins-Smith, 1993:25). O resultado da entrada ou não de um tema para a agenda governamental, depende dos interesses da coalizão dominante. (SABATIER E JENKINS-SMITH, 1993)

No que tange à política de educação profissional no Brasil, a pauta adentrou na agenda governamental e teve os seus primeiros desdobramentos enquanto política pública e social, a partir dos anos 1990, motivada pelo desemprego em massa decorrente das novas demandas do setor produtivo. Destarte, o governo passou a criar diversos programas de qualificação profissional em massa como forma de solucionar os problemas sociais em tela. (FONSECA E SANTOS, 2019)

O primeiro programa de qualificação profissional brasileiro foi o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), implantado a partir de 1990 no governo FHC. A partir dos anos 2000, com os governos Lula (2003 - 2010) e Dilma (2001 - 2016) houve a ampliação do programa e também a expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com a criação de 2014 novas escolas técnicas no país. A partir de 2003, entrou em vigor o Plano Nacional de Qualificação (PNQ), e em 2011, a instituição do Programa Nacional de acesso ao ensino técnico e emprego (PRONATEC). (CASSIOLATO; GARCIA, 2014).

O Pronatec foi instituído pela Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, com atividades desenvolvidas em instituições de educação profissional e tecnológica das redes estaduais, distrital e municipais, instituições privadas de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, desde que estejam habilitadas para a oferta de cursos técnicos de nível e as unidades do Sistema S. O objetivo principal do programa é democratizar o acesso à educação a pessoas com vulnerabilidade social, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. (CASSIOLATO;GARCIA,2014).

A natureza dos eixos e cursos ofertados pelo programa são desenhados com vistas a estudos capazes de identificar as potencialidades e demandas daquela localidade em que será ofertado. Estes cursos variam entre educação profissional técnica de nível médio, nas modalidades presencial e a distância, programas de formação inicial e continuada (FIC), ou qualificação profissional. (FONSECA e SANTOS, 2019)

O público alvo dos cursos ofertados é composto por estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos; trabalhadores; beneficiários dos programas federais de transferência de renda e estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escola da rede pública.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da promulgação da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que instituiu o PRONATEC, as instituições destinadas a produção e desenvolvimento dos cursos passaram a se credenciar junto ao Ministério da Educação para fomentar e implantar os respectivos cursos, com as observações contidas na Lei.

O Estado de Alagoas, segundo dados do IBGE, possui atualmente uma população de 3.365.351 habitantes. Desse total 2,3 milhões de pessoas compõem a chamada população economicamente ativa. Dentre a população economicamente ativa, 38% é beneficiária de algum programa de transferência de renda, seja da esfera federal, estadual ou municipal, o que o coloca como 6º no ranking nacional dos estados com uma maior população dependente destes programas. Atrelado a este cenário de desigualdades, os dados demonstram que apenas 245.000 pessoas possuem nível superior completo. (IBGE, 2021)

Destarte, diante desse cenário de grande desigualdade social da população alagoana, a adoção institucional do PRONATEC, a partir de 2012 é justificada, no intuito de democratizar o acesso à educação a pessoas com vulnerabilidade social, o que em conjunto com ações de assistência técnica e financeira, denotam exatamente o objetivo principal do programa. O quadro 1 descreve as instituições alagoanas credenciadas que ofertam ou já ofertaram cursos do PRONATEC.

Quadro 1: Oferta de cursos PRONATEC por instituição

Instituição Alvo	Oferta de cursos
Universidade Federal de Alagoas	Sim
Instituto Federal de Alagoas	Sim
Rede Estadual	Sim
Rede Municipal	Não
Sistema S	Sim

Fonte: Elaboração das autoras

Dentre as instituições ofertantes, esta pesquisa se debruça sobre os cursos ofertados pela rede estadual, mais especificamente os FIC do eixo de negócios vinculados ao programa Criança Alagoana (CRIA), cujo objetivo do programa consiste na promoção do desenvolvimento infantil integral na primeira infância, desde a gestação até os seis anos de idade, englobando aspectos físicos, cognitivos e psicossociais, levando em consideração a família e seu contexto de vida³.

O programa CRIA é resultado de uma integração entre as políticas públicas de saúde, educação, assistência e desenvolvimento social. Uma das ações conjuntas com a Secretaria

Estadual de Educação foi a oferta de cursos Pronatec FIC (Formação Inicial e Continuada) EAD para as mães participantes do CRIA, com o objetivo de capacitar essas mulheres para inserção no mercado de trabalho, uma vez que, a maioria delas encontravam-se desempregadas.

A oferta dos cursos ocorreu totalmente na modalidade EAD, uma vez que as turmas foram iniciadas durante a Pandemia causada pelo vírus da COVID-19, em 2020. Outro fator determinante para a escolha dessa modalidade, foi a disponibilidade de tempo das mães para o estudo, pois como se trata de um programa que atende famílias em situação de vulnerabilidade social e que possuem pelo menos uma criança de até seis anos de idade, a autonomia proporcionada pela modalidade facilitou o processo de captação das alunas.

Os cursos ofertados giravam em torno dos seguintes eixos tecnológicos: Desenvolvimento Educacional e Social; Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Controle e Processos Industriais; Infraestrutura; Produção Cultural e Design; Recursos Naturais e; Turismo, Hospitalidade e Lazer. Dentre todos os cursos dos eixos, o de Assistente Administrativo, do eixo de Gestão e Negócios, obteve o maior número de inscrições, chegando a ultrapassar o número de vagas disponíveis.

Os cursos possuíam uma carga horária que variava entre 160 e 200 horas, ministradas através da plataforma *moodle*, com atividades síncronas e assíncronas. As atividades assíncronas contabilizavam os acessos das alunas à plataforma, as interações via fórum, respostas das atividades semanais, visualização dos vídeos e aulas gravadas pelos professores com os conteúdos referentes a cada módulo, além da leitura da apostila do curso. As atividades síncronas consistiam em chats para esclarecimento de dúvidas e aulas via *google meet*.

Durante os encontros síncronos, os professores e supervisores dos cursos perceberam que as principais dificuldades das alunas eram relacionadas ao acesso ao ambiente *moodle* da plataforma, problemas de instabilidade da rede de internet, pouca familiaridade com programas de edição de texto, impedimentos e obstáculos impostos pela rotina doméstica.

Como forma de prestar uma maior apoio e levar as discentes a acessar a plataforma e, sobremaneira, evitar a evasão, o professor de cada turma criou um grupo no *whatsapp*, onde as dificuldades coletivas e individuais eram discutidas, tanto entre as próprias alunas, quanto

junto ao docente responsável. Posteriormente, a interação no grupo passou a ser também contabilizada na carga horária do curso, como atividade assíncrona.

Mesmo com uma ampla demanda no mercado de trabalho e um grande número de inscrições, o curso de assistente administrativo obteve uma alta taxa de evasão, uma média de 42%. De outra face, mais da metade das alunas concluintes do mesmo curso, conseguiram um emprego na área administrativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A descrição dos desafios e contribuições dos cursos PRONATEC FIC, atrelados ao programa CRIA do estado de Alagoas, são de suma importância para munir os gestores do programa de informações que possam vir a auxiliar no processo de desenho e melhoria dos cursos que porventura venham a ser implementados no futuro.

Dentre os principais objetivos do PRONATEC, está o de capacitação de mão de obra para que os discentes, antes desempregados, possam conseguir uma colocação no mercado de trabalho e, com isso, sejam capazes de contribuir com o sustento próprio e da sua família.

Outro ponto de destaque é a oferta dos cursos na modalidade EAD, que possibilita uma maior autonomia do aluno na construção do processo de aprendizagem, uma vez que, as atividades assíncronas podem ser realizadas com uma maior flexibilidade de horários. Por outro lado, o uso das tecnologias aplicadas, traz consigo alguns desafios, por isso a criação do grupo do *whatsapp* e o acompanhamento individualizado das discentes foi fulcral para a permanência destas no programa.

Por fim, é possível concluir que, diante das problemáticas de distribuição de renda da sociedade brasileira e a importância vital dos programas de transferência de renda para grande parte da população, as políticas públicas de capacitação e qualificação profissional, são deveras valiosas para, através da educação, corroborar com a mudança do quadro social do país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 27 out. 2011.

BRASIL. Carta-Prefácio. In.: FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. Apresentação de Ana Maria Araújo Freire. São Paulo: Editora UNESP, 2000

CASSIOLATO, M. M. M. C.; GARCIA, R. C. *PRONATEC: múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional* Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

DA FONSECA, Janilson Gomes; FERREIRA DOS SANTOS, Maria Aparecida. PRONATEC FIC: UMA AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E DA EFETIVIDADE DOS CURSOS OFERECIDOS PELO PROGRAMA. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 1, n. 16, p. e7860, mar. 2019. ISSN 2447-1801. Disponível em: <<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/7860>>. Acesso em: 29 set. 2021. doi:<https://doi.org/10.15628/rbept.2019.7860>.

FREY, K. POLÍTICAS PÚBLICAS: UM DEBATE CONCEITUAL E REFLEXÕES REFERENTES À PRÁTICA DA ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL. *Planejamento e Políticas Públicas*, [S. l.], n. 21, 2009. Disponível em: [//www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89](http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89). Acesso em: 30 set. 2021.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos CEDES* [online]. 2001, v. 21, n. 55 [Acessado 29 Setembro 2021], pp. 30-41. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-32622001000300003>>. Epub 27 Ago 2001. ISSN 1678-7110. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622001000300003>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA . *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

SABATIER, Paul e JENKINS-SMITH, Hank. *Policy Change and Learning: The Advocacy Coalition Approach*. Boulder: Westview Press. 1993.

SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p.460.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias* [online]. 2006, n. 16 [Acessado 29 Setembro 2021], pp. 20-45. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>>. Epub 07 Jan 2008. ISSN 1807-0337. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>.